



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da Fazenda



Para compor o saldo da provisão do BD objeto da ação rescisória, no montante de R\$536.945, foi adotada a seguinte metodologia:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da lei Complementar nº 109/2001, e 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada;

Composição da Provisão Total dos Planos liquidados BD/Misto	31.12.2017
Provisão de acordo com CPC 33 - BD	427.552
Complemento da provisão	184.771
Subtotal	612.323
Provisão de acordo com CPC 33 - Misto	18.010
Total da Provisão (nota 13.d)	630.333

Em cumprimento a ação transitada em julgado, em que o Banco é obrigado a complementar, mensalmente a folha de pagamentos dos beneficiários do BD, foi desembolsado, no exercício, o total de R\$61.608 (R\$41.511 em 31.12.2016).

26 Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)

	31.12.2017	31.12.2016
Menor Salário	2.380,86	2.317,10
Maior Salário	24.947,94	24.280,24
Salário médio	7.597,61	7.415,93

No exercício, foi provisionado a título de PLR aos empregados, o montante de R\$1.664 (R\$3.920 em 2016).

27 Processo de gerenciamento de riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar e reportar as exposições à riscos relevantes para a instituição.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco, mantendo equipe dedicada e qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e alternativo, apresentaram saldos positivos de R\$4.393 e R\$6.467 bilhões, respectivamente, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez (R\$4.518 e R\$4.361 bilhões, respectivamente, em 31/12/2016).

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de R\$10.313 bilhões, representando 86,4% do portfólio total de R\$11.942 bilhões (R\$6.858 bilhões, 83,6% do portfólio de R\$8.215 bilhões em 31/12/2016). A maioria dos recursos, 61,1% (63,4% em 31/12/2016), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco possui na carteira de Tesouraria alocações de recursos com elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, que mitigam o risco de liquidez.

Na gestão do risco de liquidez são utilizados a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes. Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o

estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica.

De modo a incorporar melhorias ao seu processo de gestão e à vista das diretrizes de Basileia e da Resolução Bacen nº 3.721/2009, a Instituição vem aprimorando os modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de riscos registradas no Banco, teste de relevância e backtesting dos modelos. Ao final desse ciclo, os modelos de classificação e avaliação de risco dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

A implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para a redução do risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito, que teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender a necessidade quanto à vinculação de direitos creditórios (recebíveis) principalmente da área de Fomento, encontra-se em produção assistida, com previsão de disponibilização à rede de agências até março/2018.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de value at risk (VaR), calculado diariamente, através de técnicas de estatística amplamente aceitas, para as diversas carteiras do Banco. As informações são geradas de forma sistematizada, importando e consolidando os dados extraídos de bases externas (Bacen, B3 - Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR.

Em 31 de dezembro de 2017, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$3.292 e R\$2.521 milhões (R\$5.116 milhões e R\$4.074 milhões em 31/12/2016), consumindo 22,5% e 24,5% do limite de referência, respectivamente (7,3% e 5,0% em 31/12/2016). Comparativamente aos limites estabelecidos na Política de Risco de Mercado, as carteiras apresentaram status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos para a carteira Banco e Tesouraria.

d) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os preceitos da Resolução Bacen nº 3.380/2006 e boas práticas de mercado como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

O Banco está atento às alterações regulamentares como a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que consolida e aperfeiçoa as regras existentes sobre a gestão de riscos e a gestão do capital em instituições financeiras. Essa norma também trouxe um significativo avanço na área da governança corporativa, com regras que alcançam a Diretoria e o Conselho de Administração. Neste trimestre, em atenção a esta Resolução, foi aprovado pela Diretoria Executiva, o plano de ação para implementar a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital, com o propósito de agregar maior segurança aos processo de negócios.

e) Gestão de capital

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

A Carta-Circular 3.748/2016 extinguiu a remessa ao Banco Central do documento 2071, ficando obrigatório o encaminhamento mensal do 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados).

O cálculo para apuração do PR é realizado de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor: